

MINISTÉRIO DA GUERRA
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

RIO, 20 DE MARÇO DE 1964
Do Gen Ex HUMBERTO DE ALENCAR
CASTELLO BRANCO, Chefe do ES
TADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Aos Exmos Srs Generais e demais
militares do ESTADO-MAIOR
DO EXÉRCITO e das ORGANIZA-
ÇÕES SUBORDINADAS.

Gen. H. Castello Branco

Compreendo a intranquilidade e as indagações de meus subordinados nos dias subsequentes ao comício de 13 do corrente / mês. Sei que não se expressam somente no Estado-Maior do Exército e nos setores que lhe são dependentes, mas também na tropa, nas demais Organizações e nas duas outras corporações militares. Delas participo e elas já foram motivo de uma conferência minha com o Excelentíssimo Senhor Ministro da Guerra.

São evidentes duas ameaças: o advento de uma Constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal poder do CGT. As Forças Armadas são invocadas em apoio a tais propósitos.

Para o entendimento do assunto, há necessidade de algumas considerações preliminares.

Os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de Governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei.

Não estão instituídos para declarararem solidariedade a este ou àquele poder. Se lhes fosse permitida a faculdade de solidarizar-se com programas, movimentos políticos ou detentores de

- 2 - Gen. H. Castro Branco

altos cargos, haveria, necessariamente, o direito de também se oporem a uns e a outros.

Relativamente à doutrina que admite o seu emprêgo como força de pressão contra um dos poderes, é lógico que também seria admissível voltá-la contra qualquer um deles.

Não sendo milícia, as Fôrças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e a sua coexistência.

A ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura.

A insurreição é um recurso legítimo de um povo. Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo ditadura militar ou civil e Constituinte? Parece que ainda não.

Entrarem as Fôrças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria anti-pátria, antinação e antipovo.

Não, As Fôrças Armadas não podem atraiçoar o Brasil. Defender privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas ou síndico-comunistas.

O CGT anuncia que vai promover a paralisação do país, no quadro do esquema revolucionário. Estará configurada provável-

- 3 - Gen. H. Co. Tech. Braun

mente uma calamidade pública. E há quem deseje que as Forças Armadas fiquem omissas ou caudatárias do comando da subversão.

Parece que nem uma coisa nem outra. E, sim, garantir a aplicação da lei, que não permite, por ilegal, movimento de tamanha gravidade para a vida da nação.

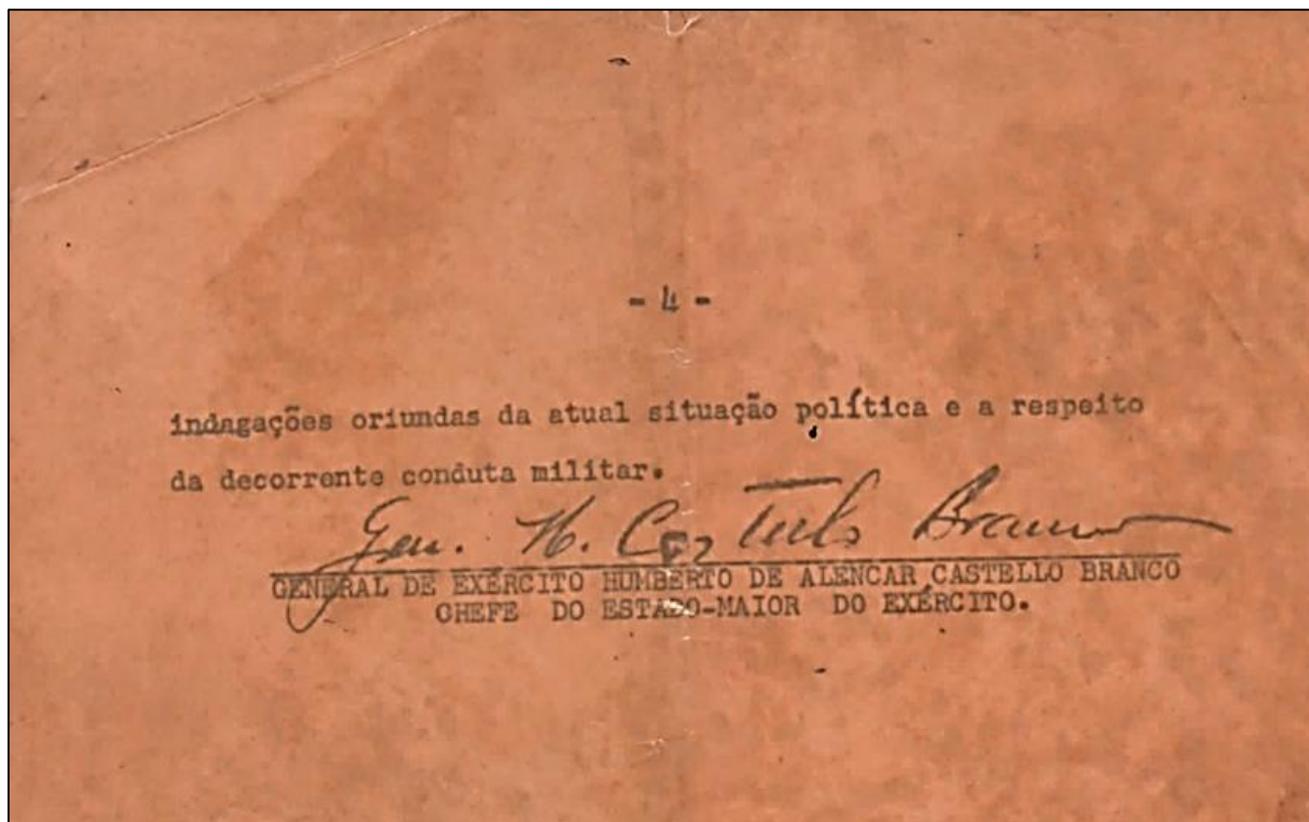
Tratei da situação política somente para caracterizar a nossa conduta militar.

Os quadros das Forças Armadas têm tido um comportamento, / além de legal, de elevada compreensão face a dificuldades e desvios próprios do estágio atual da evolução do Brasil. E mantidos, como é de seu dever, fiel à vida profissional, à sua destinação e com continuado respeito a seus Chefes e à autoridade do Presidente da República.

É preciso aí perseverar, sempre "dentro dos limites da lei". Estar pronto para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive as que asseguram o processo eleitoral, e contra a revolução para a ditadura e a Constituinte, contra a calamidade pública a ser promovida pelo CGT e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas.

O Excelentíssimo Senhor Ministro da Guerra tem declarado que assegurará o respeito ao Congresso, as eleições e a posse do / candidato eleito. E já declarou também que não haverá documentos dos Ministros Militares de pressão sobre o Congresso Nacional.

É o que eu tenho a dizer em consideração à intranquilidade e



Nota do Editor: Documentos fornecidos pelo Cel Malan, Vice-Presidente da AHIMTB/RS.



AÇÃO CÍVICO-SOCIAL

Carlos José Sampaio Malan Cel – Vice-presidente da AHIMTB

Este depoimento sobre a criação da Ação Cívico-Social (ACISO) é de autoria do Gen Ex Alfredo Souto Malan (in memoriam) quando comandava a 4ª Região Militar em Juiz de Fora/MG, em uma ETAPA de sua caminhada na carreira militar.

Em uma determinada ocasião, comentei com meu pai que estavam atribuindo a criação da ACISO a outras pessoas. Sua resposta foi direta:

- Não importa quem criou a ACISO, o importante é que seja feita.

ACISO (Ação Cívico-Social)

Sua origem – Seus efeitos

Aconteceu em Minas Gerais no imediato pós revolução de 31 de março. No propósito de termos a tropa da 4ª Divisão de Infantaria preparada para enfrentar um eventual surto de guerrilha rural,

iniciamos um intenso treinamento coroado por dois exercícios anuais de conjunto, os ECAS (Exercícios Combinados de Armas e Serviços).

O primeiro ECAS foi realizado na região de Três Corações, e a figuração inimiga ficou a cargo da Escola de Sargentos das Armas (ESA); nesta oportunidade rendo minha homenagem de chefe aos companheiros Tem Ubirajara e Sgt Lyra, daquela escola, seriamente feridos e cujos acidentes provocaram medidas corretivas nos já redobrados cuidados com o trato com explosivos.

Logo nesse primeiro exercício, ao acompanhar a preparação e, particularmente o desenrolar da ação, sentimos necessidade de criar o clima de recuperação da simpatia da população suposta, pelo tema, obtida pelos guerrilheiros.

Nos demais exercícios, realizados na alternância do aproveitamento de áreas próximas às unidades empenhadas e sempre buscando contatar populações que menos conhecessem o Exército, sentimos o imperativo de nos fazer úteis e, assim, baseados no artifício temático, conquistarmos a simpatia da população.

Surgiu, desta forma, gradativa e metodicamente, pois sempre realizávamos, a posteriori, profundos e demorados exames críticos, o aperfeiçoamento de nosso modo de ação.

Chegamos, de experiência em experiência, a um completo reconhecimento, antes do ECAS, cada unidade na sua área de ação escolhendo localidade de vulto populacional consentâneo com suas possibilidades de apoio. Programávamos, assim, o que poderíamos fazer como intermediários, na entrega de gêneros e agasalhos e de material escolar e higiênico, na orientação de medidas a tomar para evitar doenças, na transmissão de conhecimentos dos direitos e deveres do cidadão e, especialmente, o que materialmente podíamos fazer para melhorar, restaurar ou consertar construções de interesse coletivo, tais como igreja, escola, hospital e cemitério. Com nosso próprio pessoal e mais tarde reforçados por estudantes, tendo sido pioneiros os

entusiasmados acadêmicos de Odontologia de Juiz de Fora, prestamos assistência médica, odontológica, veterinária e religiosa.

A ânsia de participar na melhoria da vida da população menos favorecida fez com que, na mesma época, surgisse no Rio Grande do Sul, a Operação Presença e, posteriormente à nossa Ação Cívico-Social, a Operação Rondon.

Assim, no propósito de fazer o Exército mais conhecido da população, o que se fazia absolutamente necessário em território mineiro de escassas guarnições federais e cujo povo é hereditariamente avesso ao elemento fardado por tradição dado que não o conhece, organismos com a compreensão, a ajuda e o entusiasmo de oficiais e praças do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), uma ação que evoluiu na sua designação, de Psico Social para a forma mais acessível ao entendimento geral de Ação Cívico Social ou, condensadamente, ACISO. Quero, aqui, lembrar um nome como símbolo de todos os meus colaboradores no trato dessa ação; e lembrando-o homenagem a todos: Gladstone Brant, na época Major Médico da PMMG.

Avultados foram os resultados obtidos no estabelecimento do entendimento civil-militar, na melhor compreensão da ação de seu Exército pela honrada população mineira e na imunização de áreas contra ações subversivas de que Caparaó é testemunho. E nesse interesse, despertado pela ACISO, não posso deixar de sem registro o pitoresco episódio a seguir relatado.

De tal forma se tornou eficiente a ACISO que, mesmo nos exercícios singulares das unidades estabeleceu, àquela época, o hábito de atendimento da população com os recursos disponíveis.

Num certo dia, o Comandante da Região, foi inspecionar o desenrolar de um exercício e de sua ação complementar, numa pequena

localidade próxima à sede de determinada unidade. Tudo corria bem e, muito interessado, o chefe político local fez questão de não arredar o pé, acompanhando o general. Em determinado momento quando se viu só com a autoridade militar, ambos à sombra de uma árvore, depois de tentar tragar o seu palhinha apagado, assuntou para um lado e para o outro e interpelou:

- General, o Senhor vai fazer de novo um exercício destes aqui, não vai?

Diante da resposta vaga e reticente do general que não quis assumir compromisso de exclusividade, retrucou tentadoramente o “coronel”:

- Prometo que se o senhor fizer outro destes, eu lhe garanto 300 votos...



Leia o novo texto do Cel Vogt: “Coração de Soldado - Pulsando pelo Brasil” no blog:

www.escritorcfvogt.blogspot.com.br



“Tarimbeiros” x “Doutores” na história do EB

Cel LEONARDO ROBERTO CARVALHO DE ARAÚJO - DOMINGO, 7 DE MAIO DE 2017 (republicação de O Tuiuti nº 215)

É fundamental estarmos atentos à história do Exército, para não correr o risco de repetir seus erros...

A dicotomia entre Oficiais ditos “práticos/operacionais - os tarimbeiros” e “teóricos - os bacharéis/doutores” estava estabelecida no Exército e na Armada nos primeiros anos da República, sem que se houvesse encontrado o justo equilíbrio entre os dois polos.

A situação era dantesca e tínhamos, então, mercê de um ensino distorcido, Forças Armadas despreparadas, desmotivadas, sem um mínimo de espírito militar, eivadas de Oficiais enredados na política partidária, o que os desviava da atividade-fim da Instituição.

Era ativa, nos quartéis, a propaganda das ideias humanitaristas, pregando-se abertamente o pacifismo, o que, no dizer do historiador militar Gen Severino Sombra, “apaisanou o Exército”. Nas escolas militares, principalmente, os Oficiais não se tratavam mais pelo posto, mas sim por “Doutor” Fulano ou Beltrano, como está gravado em diversos documentos desse período.

Não é de se estranhar, pois, as difíceis vitórias obtidas pelo Exército em Canudos e no Contestado no final do Séc. XIX, tudo consequência da desídia com que se encarava, fruto do sabor da época, o ensino técnico-profissional e prático nas Escolas Militares, principalmente na Escola Militar da Praia Vermelha, a Academia do Exército à época.

A respeito desse tenebroso período por que passaram as nossas Forças Armadas, disse o inescquecível Marechal Castello Branco:

“os quase fiascos de Canudos e Contestado foram fruto das ideias nefastas do positivismo de que estava impregnada grande parte da mocidade militar; o Brasil, à época, seria presa fácil de qualquer aventureiro alienígena”.

Em Canudos, dois poderosos contingentes militares foram derrotados por bandos de paisanos bem motivados e decididos, que usavam técnicas rudimentares, mas eficazes, de guerrilha. Quem resolveu a situação, na quarta investida militar contra a cidadela, foram os soldados gaúchos - dignos representantes dos operacionais Tarimbeiros, que para lá foram deslocados de navio, e que haviam sido forjados no ferro e no fogo das Guerras Cisplatinas e da Revolução de 93.

Moralmente enfraquecidos com esse apaisanamento, Exército e Marinha só começaram a se fortificar nos primeiros anos do Séc. XX.

Em 1904, por ocasião da Revolta da Vacina Obrigatória na Escola Militar da Praia Vermelha, oficiais veteranos, ou filhos de veteranos da Guerra do Paraguai, como Hermes da Fonseca, Medeiros Mallet, Argolo (filho), Caetano de Farias e outros, aproveitaram para iniciar a conversão do bacharelismo ao profissionalismo.

Foi fechada e, depois, extinta a Escola Militar da Praia Vermelha, e baixado, pelo Gen Francisco de Paula Argolo, o Regulamento de Ensino de 1905, ponto de inflexão do bacharelismo para o profissionalismo militar, sendo criada então a Escola de Guerra em Porto Alegre, que se tornou a única escola, no período de 1906 a 1911, destinada a formar oficiais para a eventualidade de uma guerra que não tardaria muito a eclodir.

Assim, foi no Velho Casarão da Várzea que se formaram os Oficiais que se tornariam os grandes expoentes da Reforma Militar que fez com que o Exército se voltasse novamente para sua atividade-fim.

Nos dias de hoje, quando se começa a falar (e a escrever) sobre a formação de Oficiais e Sargentos da “linha bélica”, parece razoável questionar se e como poderiam existir militares de uma “linha não bélica”...

Nota do Editor: a palavra “tarimbeiro” é oriunda de “tarimba”, ou seja, a cama de campanha. Conforme o dicionário O Globo (pág. 662): *TARIMBEIRO, adjetivo e substantivo masculino. Diz-se do que dorme na tarimba; aplica-se ao oficial que fez a carreira militar pela prática, sem ter cursado estudos superiores.*

Posteriormente, o termo se generalizou, indicando qualquer militar experiente, sendo usada a variação “tarimbado”.



Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Presidente da AHIMTB/RS (lecaminha@gmail.com)

Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br

Site do Núcleo de Estudos Estratégicos/CMS: www.nec.cms.eb.mil.br

Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nuclev.com

Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE – Delegacia Heróis de Guararapes:

<http://historia-patriota.blogspot.com/>.